

RESENHA DO LIVRO *A LUTA DE CLASSES: UMA HISTÓRIA POLÍTICA E FILOSÓFICA*, DE DOMENICO LOSURDO

Isabela Cardoso Bahé¹

Pedro Moreira Alonso²

Yuri da Costa Campos Ferreira³

O livro “A Luta de Classes: uma história política e filosófica” foi escrito por Domenico Losurdo, que nasceu em 1941, na Itália, é professor de História da Filosofia na Universidade de Urbino e tem doutorado com uma tese sobre Karl Rosenkranz.

O autor diz que a queda do Antigo Regime e a extinção do despotismo monárquico e das relações feudais de produção, apesar de conseguirem importantes resultados, não concluíram o processo de transformação política e social necessária. Para tanto, seria preciso uma emancipação política, humana, universal. Afirma que é preciso derrotar o poder da burguesia a fim de destruir os “grilhões” por ela impostos e é preciso libertar a classe operária por meio do fim da superioridade de uma classe sobre a outra. A revolução de Marx e Engels refere-se também a libertação das nações oprimidas, a qual possui um campo de opressão mais amplo. Nesse caso, a função do proletariado da nação que oprime é desenvolver o antagonismo em relação à classe dominante, promovendo a emancipação humana e nacional simultaneamente. Losurdo utiliza-se da Inglaterra como exemplo: o proletariado industrial inglês encabeçando a revolução anticapitalista e, do outro lado, os hindus na Índia, a colônia subjugada.

Trata, agora, da impressão de que, quando se inicia a política externa e os subsequentes conflitos diplomáticos e militares, dar-se-ia por fim a luta de classes e o materialismo histórico. Entretanto, o interesse (intelectual, político e repleto de participação emotiva) para as “insurreições das nacionalidades oprimidas” foi tão vivo e constante quanto a agitação do proletariado e das classes subalternas. Marx afirma que é necessário que as classes trabalhadoras entendam que a luta para uma política externa de apoio às nações oprimidas faz parte da luta pela sua emancipação.

¹ Graduanda em Direito do 3º período na Universidade Federal Fluminense.

² Graduando em Direito do 3º período na Universidade Federal Fluminense.

³ Graduando em Direito do 3º período na Universidade Federal Fluminense.

Losurdo afirma, ademais, que, para compreender o conflito social e a luta de classes em âmbito nacional, é preciso primeiramente entender a exploração e a opressão que se desenvolvem em âmbito internacional, independente de ser um aspecto político, econômico ou social: a luta de classes é o *genus* que, em determinadas circunstâncias, assume a forma específica da luta nacional. Aqui o autor faz referência à ausência da emancipação econômica e social, que leva o proletariado a uma escravidão chamada moderna, emancipada ou assalariada. Depois, o autor passa a considerar a divisão do trabalho uma vez que as classes e sua luta se desenvolvem e se constituem sobre tal divisão. A divisão internacional do trabalho põe os povos oprimidos como uma massa de servos ou escravos sobre os quais se pode exercer de fato um poder de vida e de morte. Isso é explicado pelo *Manifesto Comunista* utiliza a expressão “lutas de classes”, ou seja, há uma multiplicidade de configurações que a luta de classes pode assumir. Desse modo, Marx vê a luta das nações oprimidas como protagonista da segunda grande luta de classes, que visa a emancipação.

O gênero das lutas de classes emancipadoras conta com uma terceira espécie: as mulheres. J. S. Mill denomina tal fenômeno de “escravidão da mulher” sancionada por lei. Segundo Engels, na família patriarcal, “a mulher e os filhos são os escravos do homem. (...) para o burguês, a mulher nada mais é do que um instrumento de produção”. Ou seja, a mulher está para o homem assim como o proletariado está para a burguesia. De tal forma, a emancipação feminina faz parte da emancipação universal, mas as mulheres não serão livres até que se estabeleça um equilíbrio entre as classes. Há diversos pontos divergentes que tratam das condições operárias e femininas: Nietzsche, por exemplo, aproxima os movimentos feminista, operário e abolicionista.

Discutem-se também os conflitos entre classes exploradoras ou suas frações. Tal luta pode levar a uma “guerra industrial e de extermínio entre as nações”, como ocorreu na Primeira Guerra Mundial.

Tratará agora do período entre 1848 e 1849 sobre uma luta de classes em formas políticas colossais, o qual é caracterizado por um entrelaçamento complexo e contraditório de lutas de classes: o movimento operário europeu insurgido em Paris em 1848, as guerras de independência, a evidência de uma guerra mundial, dentre outros acontecimentos. As lutas de classes na França traçam o segundo balanço: em 1850, a guerra de classes da sociedade francesa se converte em uma guerra mundial, o entrelaçamento de revoluções e conflitos internacionais. Acrescentou-se à aristocracia e à burguesia o proletariado: a luta de classes quase nunca se apresenta em seu estado puro, ou seja, limitado a envolver os sujeitos

diretamente antagonistas e é justamente por isso que ela pode levar a uma revolução social vitoriosa, como na Inglaterra, onde uma camada política e ideológica não organicamente ligada à burguesia chegou ao poder. Quando há crises históricas, caracterizadas pela união de conflitos no âmbito nacional e internacional, a luta de classes se intensifica e se torna luta revolucionária em um país abalado por uma crise nacional sem precedentes.

Agora falaremos sobre o período de 1861 a 1865, quando há uma cruzada da propriedade contra o trabalho: a Guerra de Secessão. O *capital* institui um paralelismo, principalmente, entre a Guerra de Secessão e a luta operária na Inglaterra e na França. Pode-se relacionar a abolição da escravidão negra com as limitações e regulações legais da jornada de trabalho. Tratam-se ambos de uma luta de classes conduzida ao mesmo tempo por baixo e pelo alto: a eleição de Lincoln em oposição a reação dos capitalistas ingleses aos requerimentos operários. A Guerra de Secessão, entretanto, possuía um caráter impuro uma vez que, além de o conflito não ser somente entre duas classes, a inspiração nortista não era puramente abolicionista. A burguesia inglesa, na verdade, era a favor das tarifas aduaneiras protecionistas e da defesa da integridade territorial a ponto de justificar um “banho de sangue” para substituir uma classe exploradora por outra. Entretanto, Marx estava ciente dos limites do abolicionismo inglês de modo que havia uma inversão de posições: os sulistas passaram a criticar a ideologia abolicionista a medida que Marx realçava o significado e o valor da guerra do Norte.

Primeiramente, Marx afirma que era preciso derrotar uma sociedade dominada por uma oligarquia, na qual todo o trabalho produtivo é imposto aos negros de modo que a importante vitória ideológica da emancipação dos negros criaria condições mais favoráveis para a emancipação da escravidão assalariada. Depois, ele afirma que os trabalhadores europeus entendem que o destino da sua emancipação está conectado ao destino dos escravos norte-americanos. Por fim, Marx argumenta que a emancipação negra não deixa de ser uma emancipação de uma nacionalidade oprimida, configurando-se como uma luta de classes. A intenção dos proprietários de afirmar a identidade entre trabalho e escravidão sofria uma derrota, mas, por outro lado, a derrota da contrarrevolução escravista foi apenas parcial porque logo surgiram as tentativas de resgate dos princípios de inferioridade negra.

A luta de classes tenta também esclarecer o processo histórico. Primeiramente, devem-se questionar as razões da irrefreável ascensão do Ocidente: a raça europeia extrapola suas fronteiras para submeter a seu império as outras raças. Depois, o autor acha importante a explicação do desenvolvimento político francês em relação ao da Inglaterra e ao dos Estados

Unidos. Por fim, ele procura entender o motivo que leva a irrupção, no Ocidente, de movimentos de massas ao mesmo tempo em que desenvolve seu expansionismo colonial. Agora, ele apresenta os paradigmas mais frequentemente usados pela cultura do tempo para abordar esses três nós teóricos e políticos. A primeira tese afirma que a raça é a “chave da história” e somente o sangue defini e constitui uma raça. Este é o paradigma racial ou etnológico-racial, que pode apresentar-se e referir-se em primeiro lugar ao que, na linguagem atual, chamar-se-ia o “choque de civilizações”. Tocqueville descreve a “raça de mestiços” como o horror, bastante perigosa para a existente ordem social e racial. Já o segundo desafio é respondido pelo paradigma psicopatológico: “um vírus de uma espécie nova e desconhecida” afeta as faculdades mentais de gerações de intelectuais e agitadores políticos. O filósofo francês afirma que os franceses se revelam desprovidos de sólida moralidade que demonstraram os anglo-saxões. Dessa forma, os dois paradigmas tendem a entrelaçar-se na “psicologia das multidões” ou “psicologia das massas 'latinas’”. Polemizando com tais paradigmas, Marx e Engels elaboram a teoria da luta de classes.

Losurdo começa, então, a desenhar a formação da teoria da luta de classes. Nietzsche alerta contra a “camada bárbara de escravos”, que, para Marx, esta é a classe operária que dará uma contribuição importante à construção de uma sociedade não mais fundada na exploração e na opressão ao libertarem-se da escravidão moderna. Confuta, então, Marx os paradigmas da raça e do conflito de civilização. O distanciamento dos paradigmas naturalistas é parte essencial do processo de elaboração da teoria da luta de classes. Marx e Engels explicam os paradigmas etnológico e psicopatológico como a declinação das capacidades burguesas, aterrorizadas pelo espectro da revolução proletária. A teoria, de modo direto ou indireto, acaba envolvendo alguns autores do século XIX, como Tocqueville e sua “doença da Revolução Francesa”, Nietzsche e o “mundo de manicômio de milênios”. Entretanto, em 1885, Engels diz que a França é o “país em que as lutas de classes da história foram travadas mais do que em qualquer outro lugar, até a solução decisiva”; enquanto Marx expressa seu desprezo pelo paradigma psicopatológico.

O autor passa agora a investir na relação entre a luta de classes e a luta ideológica: a primeira passa a se desenvolver também no plano ideológico, sem poupar a religião. Esta pretende ser um espaço sagrado que transcende o conflito, mas que, na realidade, age como “ópio do povo”, facilitando a tarefa da classe dominante. O discurso marxiano sobre a religião foi confundido com o discurso iluminista: para Marx, a religião é uma das ideologias, não a ideologia enquanto tal. Para Marx e Engels, o engajamento pela emancipação das classes

subalternas, frequentemente influenciadas pelo “ópio” religioso, cruza com o apoio a movimentos independentistas que, exatamente em função da religião, conseguem a primeira tomada de consciência da questão nacional. O pertencer religioso pode ser provado de modo bastante intenso e pode estender sua eficácia sobre o desenvolvimento político e histórico. Por fim, para os filósofos alemães, a religião, por ser configurada como o “ópio do povo” põe obstáculos à tomada de consciência revolucionária e acaba reiterando a opressão. Entretanto, a religião pode levar a tomada de consciência, embora primordial, do conflito da luta de classes em suas diversas configurações.

Para promover uma ilusória evasão do conflito, segundo Losurdo, pode-se aludir à arte no lugar da religião. Nas obras de arte emergem “os conflitos sociais”, que, muitas vezes, se impõem contra a vontade do próprio autor. Marx e Engels desprezam a difusa tendência a fugir da “tragédia histórica na dita natureza, no simplório idílico bucólico”. Em vez de na religião, a evasão do conflito, busca refúgio na natureza. A natureza é uma atitude espiritual, que tende a manifestar-se toda vez que as esperanças políticas retrocedem. Para Marx, eventualmente, o contato com a natureza deve servir para recuperar as forças para voltar, com renovado vigor, a observar o mundo histórico e político e a participar da edificação de uma sociedade fundada sobre a solidariedade e sobre a consciência da comum humanidade. O autor finaliza com a seguinte frase: “só a ação política, a luta de classes, pode superar o ‘conflito entre vida e felicidade’”.

Apesar dessa implicância com a Natureza por Marx e Engels, segundo Losurdo, eles são os primeiros a realçar a “questão ecológica”. Para eles, deve-se lembrar de que a natureza é a fonte dos valores de uso, tanto quanto o é o trabalho (exteriorização de uma força natural de trabalho humana). Remete-se, então, à luta de classes: o capitalismo ao mesmo tempo em que desenvolve as forças produtivas, ameaça comprometer duplamente a natureza com sua impiedosa busca do máximo lucro e com suas crises periódicas e com o “esgotamento das fontes duradouras” da fertilidade do solo. Para o autor, no futuro, será tão absurdo chamar a propriedade privada da Terra por indivíduos singulares quanto clamar um homem propriedade de outro. Todavia, para salvar a natureza, é preciso enfrentar e resolver o conflito político-social. Nesse aspecto, as lutas de classes permaneceram nulas.

Agora, o autor afirma que a teoria da luta de classes iguala-se a uma teoria geral do conflito social: “a história de cada sociedade até hoje existente”, pode manifestar-se numa multiplicidade de formas. Aqui, trata-se de conflitos que têm como protagonistas sujeitos sociais, que remetem à ordem social. Losurdo utiliza-se da I Guerra Mundial como exemplo

de uma expressão da luta de classes uma vez que expressa a hegemonia entre as burguesias capitalistas, o conflito social na metrópole e a opressão e a exploração dos povos em condições coloniais e semicoloniais. Marx e Engels não querem presenciar tais situações e permanecer impessoais, limitando-se a observar a luta. São militantes revolucionários e querem contribuir com o movimento.

Com o desaparecer do Antigo Regime, Tocqueville afirma que o advento da sociedade industrial e democrática torna obsoletas as lutas que remetem a um estado social ultrapassado, ou seja, seria o fim das classes. Esse é o pensamento do “nivelamento universal”, o qual é irreversível, um fato providencial e possui as seguintes características universais: a universalidade, durabilidade e todos os acontecimentos favorecem seu desenvolvimento. Para Losurdo, em relação às relações de poder e à distribuição da riqueza social, estamos bem longe da igualdade enquanto uma multidão trabalhar em prol de poucos. Como já dizia o *Manifesto Comunista*: “Não se fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado”. Num âmbito internacional, denomina-se a “grande divergência”, isto é, a grande disparidade que escava um abismo entre o Ocidente e o restante do planeta.

O autor faz, então, a seguinte pergunta: “Com o surgimento da democracia industrial, estaria destinado a desaparecer também o fenômeno da guerra junto ao da luta de classes?” Vários autores seguem o ideal da paz perpétua: o mercado mundial tornaria as fronteiras estatais e nacionais cada vez menores e estreitaria os povos em vínculos de interesse, respeito mútuo e amizade. Por outro lado, pela visão de Marx, o livre-cambismo acelerará a “marcha do capital” e, com isso, dissolverá as nacionalidades de modo a estreitar o antagonismo entre burguesia e proletariado, preparando o terreno para a revolução social. Além disso, os países dominados pela burguesia também podem guerrear entre si devido à concorrência.

Fala-se agora dos tipos de escravidão: para Marx e Engels, não somente a escravidão é superável em todas as formas, mas essas formas não são equivalentes entre si. O “trabalho forçado imediato” a que está submetido o escravo não se compara à indireta coerção econômica que pesa sobre o trabalhador assalariado. A primeira destinava-se às populações coloniais, enquanto a segunda era constituída pelo que, na metrópole capitalista, aquilo que de escravista está presente na condição operária.

Para Marx e Engels, há uma contraposição eterna entre senhores e escravos, mas se estes dessem fim as relações sociais fundadas sobre o domínio e sobre a exploração, criariam uma ordem que contém formas de vidas mais ricas e mais satisfatórias para os ex-senhores.

Pondo fim às crises de superprodução, a revolução socialista promove o desenvolvimento das forças produtivas, mas não é só o proletariado a se beneficiar com isso. O sistema capitalista comporta a desumanização dos mesmos protagonistas da exploração do trabalho operário. Além disso, o processo de estupidificação e de mercantilização acaba abarcando os mesmos exploradores. Ou seja, nada impede que indivíduos e setores da mesma classe exploradora poderiam madurar um interesse intelectual e moral de acabar com a ordem existente. Para Engels, os motivos burgueses para efetuar tal mudança podem ultrapassar os já mencionados. A “guerra social” provoca um “estado de sítio”, que limita a liberdade do opressor de forma que a mudança social é de interesse da maioria da humanidade.

Começa-se, então, a falar do paradigma da redistribuição de renda. Desde o início, há uma plataforma que inclui as reivindicações econômicas, mas o movimento vai muito além delas. Tal paradigma não é suficiente para denunciar o problema nas fábricas. Além dele, há o despotismo do patrão. Esta é uma luta que reivindica a liberdade dentro e fora do local de trabalho porque o proletário é somente reconhecido como pessoa. Com a revolução de fevereiro de 1848, a obtenção dos direitos políticos por parte dos proletários demonstra que, por meio da luta, o proletariado pode ser elevado à “categoria de homens”, ou seja, ao reconhecimento como pessoas. De modo que se pode compreender o que é dito no *Manifesto Comunista*: “quando falais do indivíduo, quereis referir-vos unicamente ao burguês”.

É por isso que, para o proletário, lutar contra a burguesia significa “salvar sua humanidade”. Compreende-se porque Marx caracteriza a sociedade existente como negação do “humanismo positivo”. O “humanismo” é “real” quando identifica e concretiza a universalidade em lutas determinadas. Entretanto, são terríveis os custos humanos do capitalismo, ainda mais com os processos de desumanização (ou reificação) dos povos coloniais e das massas operárias.

Agora, fala-se sobre o paradigma do contrato, o qual é utilizado como desculpa pela classe dominante pelos baixos salários e pela falta de assistência aos desempregados e aos deficientes: “não estava no contrato”. Essa questão do “contrato voluntário com o capital” que tira do trabalhador qualquer poder de resistência só pode ser retida pela luta de classes, pela ação sindical e política da classe operária e pela intervenção do Estado, que deve ser pressionado pela classe operária. Quando se apela pelo contrato, legitima a escravidão. Procura-se cancelar o efeito do contrato levando em consideração que nem tudo pode ser objeto de contratação e compra e venda. A insistência sobre a existência de bens inalienáveis

marca a passagem do paradigma contratualista para o jusnaturalista pelo fato de serem inseparáveis da natureza e dignidade do homem.

Todavia, o paradigma jusnaturalista não chegou perto nem de estimular as “lutas de classes” emancipadoras. Percebe-se a inadequação do mesmo desde o início, quando inspira a *Declaração de Independência* dos Estados Unidos e a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* na França. A crise do modelo jusnaturalista é marcada por três momentos: a escravidão, o movimento feminista e, por último, o operário. Dessa forma, tal paradigma sofre um duplo formalismo da mesma forma que o contratualista e, por isso, a categoria dos direitos do homem possa assumir conteúdos diferentes e contrastantes entre eles, mas, ao mesmo tempo, a figura do titular de tais direitos são postos em questão.

Embora Marx, Engels e Hegel concordem em alguns aspectos, aqui tem-se uma diferença. Na visão de Marx e Engels, os escravos modernos dão o primeiro passo na luta pelo reconhecimento a partir da interação entre si. Com isso, as vítimas do capitalismo iniciam o processo de distanciamento da culpabilização e da falta de autoestima, trazida pela ideologia dominante, o que impacta na luta comum. Assim, a sociedade ressurgue como uma necessidade em si mesma. O salário perde importância frente à associação sindical porque ele permite conferir regularidade e profundidade estratégica à luta pelo salário.

De acordo com o paradigma do reconhecimento, o indivíduo (ou povos, segundo Engels) só é realmente livre quando reconhece e respeita o outro como indivíduo (ou povo) livre. Aqui se fala da grave mutilação da luta de classes, o que faz referência a subestimação da tarefa da finalização de um Antigo Regime que se distingue pela opressão das nações, das mulheres e dos operários.

Na Inglaterra, Disraeli foi o inventor de um “socialismo” dito “imperial”. Longe de provocar o desprezo imediato das classes populares, trata-se de um socialismo que as prendeu e enredou. Agora, é a comunidade nacional inglesa reunida na “fraternidade” que exhibe o supremo desdém aristocrata em relação às outras nações, segundo Losurdo. Assim surge um novo movimento político no fim do século XIX, o “socialismo imperial”, no qual as massas populares e o proletariado devem responder às limitadas reformas sociais das classes dominantes com a lealdade patriótica e o apoio ao expansionismo colonial.

Losurdo continua o raciocínio falando sobre a leitura binária do processo revolucionário e do conflito social. Ela, em geral, corresponde a uma teoria que parece gerar a consciência revolucionária de classe já pela imediata evidência sensível, a qual impõe-se com tal força que a tomada de consciência revolucionária é considerada certa e essa força torna o

proletariado imune às influências ideológicas da classe dominante. Caso desapareça a “evidência”, a leitura binária do conflito social torna-se insustentável, até mesmo porque a classe do proletariado não é absolutamente unida. Entretanto, tal tomada de consciência revolucionária pressupõe a compreensão de relações políticas e sociais que ultrapassam o conflito entre burguesia e proletariado. Dessa forma, sem a união, os operários tornam-se apenas uma massa que se desconhece. Engels fala dos lumpemproletariados (ou “proletariado esfarrapado”), os “pobres diabos” à fronteira entre as duas classes, que remetem mais a uma função política mutável que a uma condição social. Eles são reconhecidos pelo filósofo alemão como possíveis aliados do proletariado, mas que, mesmo com a aliança, seria preciso uma adequada ação política para isolar a classe dominante. Aqui, segundo Losurdo, “a maturidade ideológica e política e a política das alianças tomaram o lugar do papel solucionador da imediata evidência sensível e da leitura binária do conflito social e do processo revolucionário”.

Toda situação histórica é caracterizada por uma multiplicidade de conflitos, que marcam a presença de variados sujeitos sociais com ideias e interesses contrastantes. Desta forma, deve-se investigar a configuração interna dos conflitos junto com a forma que se estruturam concretamente (plano teórico + plano político). O problema existente neste contexto é que o direito de algumas nações à autodeterminação pode entrar em rota de colisão com o de outras nações. Em 1849, movido pelos conflitos da época, Engels rotula a luta entre “povos contrarrevolucionários” e “naçõeszinhas revolucionárias que nunca tiveram história”. Ao utilizar tal linguagem difamatória, ele distingue Nação e Nacionalidade: acredita-se que se devem apoiar lutas pela independência de nações, levando em consideração que dentro delas existem várias nacionalidades, as quais não têm possibilidade de se tornar independentes, pois isto causaria desestabilização social, uma vez que não possuem população consistente e território contínuo. Indo contra essa opinião geral, Engels defende que é necessário rejeitar a opressão contra a luta de classes, ainda que uma situação histórica imponha uma hierarquização sobre eles, e uma nação, que um dia já foi opressora, pode ser a vanguarda revolucionária de outros povos (e vice-versa). Deve-se afirmar, ainda, que tal hierarquização determinada por particularidades de conflitos não se relacionam com a hierarquia naturalista das nações.

Um exemplo para a lógica binária está na Guerra de Secessão: os Estados do Sul tinham o direito de se separarem do Norte, tal como os EUA tinham em relação à Inglaterra. Assim, não são os inimigos europeus dos EUA que poderiam agitar a bandeira da

autodeterminação dos povos afro-americanos, mas, sim, estes mesmos. Marx, por sua vez, não foi o primeiro a discutir a teoria binária do conflito social: Adam Smith defendia que a escravidão pode ser eliminada mais facilmente por “governos depóticos” do que por “governos livres” representados por brancos, pois, neste caso, toda lei é feita pelos patrões. Para alcançar a abolição, dever-se-ia violar despoticamente os direitos privados dos senhores, que impedem a libertação dos servos.

Marx e Engels dão relevância ao conflito das liberdades nas colônias ao fazerem uma análise que levanta tal questão: a escravidão mascarada e denunciada na Metrópole era explicitada no “novo mundo”. Marx defendia que a marcha triunfal da civilização não é construída pelo expansionismo colonial, que só traz deterioração das condições de vida material dos povos colonizados. Os habitantes das colônias inglesas na Índia eram divididos em castas, com rigidez racial, o que impedia a construção de identidade nacional que estimulasse mudanças. Tal pensamento de rupturas, para Marx, deveria vir de fora, isto é, deveria haver uma revolução proletária na própria Inglaterra buscando movimentos de libertação nacional das colônias.

O internacionalismo dos confrontos resulta da hipótese de uma “contraorganização internacional do trabalho” se opondo à “conspiração cosmopolita do capital”. O quadro em questão se agrava ao se considerar a multiplicidade das formas de lutas de classes e da questão nacional: é mais difícil promover solidariedade internacional quando os sujeitos são bem diferentes entre si, pois, as vezes, só uma classe social luta contra a exploração de uma nação por outra. Surge, então, a *Mensagem Inaugural*, que chama os trabalhadores ingleses a apoiar uma luta de “libertação nacional” junto com outras nações, além de declarar que foi a resistência heroica das classes trabalhadoras que salvou o oeste europeu de um regime escravista como os da América, e não a sabedoria das classes dominantes. Já a reflexão de Engels nos apresenta que um movimento internacional do proletariado só é possível entre nações independentes, tal como ocorre na cooperação internacional. Esta tese foi posteriormente reafirmada com o pensamento de que a colaboração internacional só é possível quando cada nação for autônoma em seu território.

A ideologia colonialista começou a interferir maciçamente nos partidos operários, que se revelaram incapazes de expressar solidariedade e apoiar os povos coloniais na luta de “exploração de uma nação sobre a outra”. O proletariado estava cada vez mais aburguesado e, nas palavras de Marx, “o operário inglês comum percebe a si mesmo como membro da nação dominante” e passa a considerar a classe operária dos demais países como sujas. Os territórios

indígenas não se tornaram independentes como as demais colônias inglesas e continuaram a ser oprimidos. Esta política contava com o apoio dos “operários” ingleses, que desfrutavam do monopólio inglês no mercado mundial. Para responder esse grave cenário, Lenin ganha destaque.

Após a morte de Engels, Bernstein afirma que mesmo com os crimes do colonialismo, muitas vantagens foram alcançadas com as colônias, como as especiarias se tornando gênero de uso popular. Assim, para ele, os crimes do colonialismo, como o extermínio da população indígena, pesaram menos do que a vantagem alcançada através deles. Desta forma, o “socialismo imperial” avançou dentro do próprio Partido Socialista. Frente a isto, Lenin, ao contrário de Marx e Engels, não acreditava na irresistibilidade do processo que levava o proletariado a expressar uma consciência revolucionária e a realizar uma revolução destinada a emancipar a humanidade toda. A concorrência cada vez maior entre as potências capitalistas passou a envolver a própria classe operária, com episódios de conflitos violentos entre operários de diferentes nacionalidades., o que era extremamente prejudicial para o movimento, pois a aquisição da consciência de classe e a participação da luta revolucionária de classe pressupõem a compreensão da totalidade social. A ordem político-social que deve ser derrubada não se limita apenas à exploração do operário na fábrica. Não se deve ignorar a opressão das minorias, além de um expansionismo imperialista que mira submeter novos povos.

Na obra “Que Fazer?”, de Lenin, vemos o *dirigente sindical*, que não possui autêntica consciência de classe, sofrer oposição do *tribuno popular* protagonista da luta de classes revolucionária. Concentrando-se na “concretude” do aumento salarial ou da melhora das condições de trabalho, o primeiro ignora a opressão contra os povos coloniais, opondo o sacrifício da vida das massas populares e as ambições da classe dominante. O que define a consciência de classe revolucionária é justamente a atenção para todas as relações de coerção que constituem o sistema capitalista e imperialista.

A opressão nacional faz parte dessas relações de coerção e, portanto, a luta contra ela é uma forma essencial da luta de classes. Lenin, ao apelar para a transformação da guerra imperialista em revolução, expressa todo o seu desdém em relação à retórica de muitos socialistas que objetivavam justificar a carnificina em curso. Além disso, chama atenção para a opressão nacional que, em tempos de paz, pode acontecer na metrópole capitalista. É correto afirmar que nem todos os movimentos nacionais desenvolvem um papel progressivo e merecem ser apoiados pelo partido revolucionário: as singulares reivindicações da

democracia, inclusive a autodeterminação, não são um absoluto, mas só uma partícula do movimento democrático. É possível que, em determinados casos, a partícula esteja em contradição com o todo e, então, deve ser rejeitada. Lenin, assim, evidencia que “os movimentos das pequenas nacionalidades” podem ser manipulados à própria vantagem dos imperialistas: os países recém-independentes não recusam pedidos dos países poderosos (a fim de serem reconhecidos) e estes se aproveitam da fragilidade dos primeiros.

Lenin propõe, ainda, a transformação da palavra de ordem da guerra civil (“defesa da pátria”) em guerra civil revolucionária (convocada por toda a Rússia a fim de derrubar a burguesia capitalista). O I Congresso da Terceira Internacional Comunista procurava subordinar os interesses nacionais aos da revolução mundial. Entretanto, as derrotas e vitórias da revolução mundial proposta não podem ser compreendidas se o papel desenvolvido particularmente pelas questões nacionais não for considerado. No caso específico da Rússia de 1917, os Mencheviques que se curvaram às demandas imperialistas se apresentaram como traidores, pois defendiam a venda gradual dos país aos estrangeiros. Em contrapartida, a revolução proletária a ser realizada promovia a emancipação das classes e abria caminho para a libertação efetiva da Rússia contra a invasão estrangeira, comandada pelos Bolcheviques, que conseguiam expressar sua consciência de classe e conquistar a lealdade do povo russo.

O que foi dito até então é a confirmação de que a luta de classes nunca se apresenta em um estado puro. Para evitar a revolução anticapitalista, “resolver” a questão social, nas palavras dos Imperialistas, estes defendiam a necessidade de conquistar novas terras continuamente, isto é, a burguesia capitalista busca neutralizar o conflito na metrópole através da expropriação dos povos coloniais, de modo que a “questão social” coloca-se como “questão nacional”. Simultaneamente, na metrópole capitalista o “socialismo imperial” começa a ser difundido no interior do movimento operário, fazendo surgir um novo lema: “Proletários de todos os países e povos oprimidos do mundo inteiro, uni-vos!”, de forma que ao lado dos proletários, os povos oprimidos nas colônias também emergem como sujeitos revolucionários. Isso não significa, contudo, o abandono da perspectiva de luta de classes e do internacionalismo, mas, sim, a tentativa de unir as ideias defendidas pelas duas vertentes.

A Revolução invocada pelo *Manifesto Comunista* teve lugar primeiramente na Rússia e se difundiu posteriormente ao mundo colonial. A explicação para tal é que, diferentemente do que acontece nos países industrializados avançados, a revolução socialista eclode onde o sistema capitalista e imperialista apresente contradições políticas e sociais, seja mais frágil e contenha lutas pelo reconhecimento. Essa revolução era promovida com agitação

nas fábricas russas. Nas palavras de Lenin, “é tarefa dos operários demonstrar que eles se consideram seres humanos como seus patrões e não como bestas desprovidas de palavra”. Cada vez mais se falava de socialismo, que buscava a nacionalização das indústrias e difundia, rapidamente a representação da revolução de todos os escravos contra seus patrões. Além da Rússia, revoluções de inspiração socialista e marxista ocorreram em países em condições coloniais, uma vez que a reivindicação do reconhecimento é que desenvolve um papel essencial no movimento anticolonialista como um todo.

A dupla luta pelo reconhecimento assume particular relevância na China, que contém uma antiquíssima civilização. Desde as guerras do ópio, seus habitantes sofreram infâmias e humilhações. Na década de 1930, com o risco de serem os chineses escravizados pelo avanço do imperialismo japonês, operou-se a passagem da “revolução agrária” à “revolução nacional” e a transformação da “república dos operários e camponeses” em “república popular”. O governo das áreas controladas pelo Partido Comunista Chinês passou a representar os interesses de toda a nação, não somente dos operários e dos camponeses. Isso fez com que a luta de classes evoluísse e se tornasse uma resistência à tentativa do imperialismo japonês de escravizar a nação chinesa. Desta forma, na luta nacional, a luta de classes assume a forma de luta nacional e, através desta forma, se manifesta a identidade entre as duas lutas: combater e derrotar o imperialismo japonês é a forma concreta com que os revolucionários podem contribuir à causa da revolução e da emancipação no mundo.

De uma maneira geral, o fascismo do Terceiro Reich e do Império Japonês tem como objetivo a “escravização dos povos fracos”. Hoje, é possível afirmar que a guerra travada por Hitler foi a maior guerra colonial da história mundial, cuja finalidade era a redução de povos inteiros a uma massa de escravos a serviço da presumida raça dos senhores. Assim, há quem contrarie Marx e diga que o século XX não foi “o século da luta de classes”, uma vez que o Terceiro Reich promoveu a “grande guerra racial” e, portanto, as divisões étnicas se revelaram mais importantes que as hostilidades entre proletariado e burguesia.

Na realidade, a partir de Stalingrado e da derrota sofrida pelo Terceiro Reich em seu projeto de estender a área de aplicação tradicional de colônias, uma gigantesca onda de revoluções anticoloniais se desenvolveu, o que contribuiu para uma mudança radical na configuração do planeta. Em 1917, os bolcheviques tomaram a Rússia sob a bandeira de transformar a guerra imperialista em guerra civil revolucionária, mas, nas décadas seguintes, só foi possível manter suas conquistas ao promoverem um processo de consolidação militar e industrial dirigido à guerra de resistência e libertação nacional. Encabeçando esta guerra, vem

o Partido Comunista consegue realizar importantes mudanças sociais e políticas e ganhar atenção da opinião pública internacional.

Acreditando que a emancipação dos trabalhadores é um problema internacional, e não apenas local, os presentes na Terceira Comunista deve representar um Partido Comunista unitário em todo o mundo. Os partidos que operam em cada país deveriam ser apenas singulares seções dela. Entretanto, as exigências concretas e específicas da luta política contradizem a teoria e apelam para o fim do internacionalismo, pois este se revela incapaz de se pioneiro na luta pela “salvação da nação”, o que pode ser comprovado pelo fato de que nenhuma Internacional realizou qualquer revolução. Numa análise marxista, em época de revolução social, se desenvolvem processos revolucionários diferentes e peculiares, sendo que cada um deles só é explicado pelo específico contexto nacional. Portanto, o modelo organizativo da Internacional não se mostra adequado por considerar uma luta de classes pura baseada em uma possível revolução socialista pura que nunca aconteceu e nunca irá acontecer.

Para um operário do ocidente que foi para a Rússia com o intuito de ajudar na construção da nova sociedade, a chegada dos bolcheviques ao poder não implica mudanças na luta de classes. Lenin argumenta, então, que a luta de classes continua, só mudou de forma. Lazarevic, um operário belga, defende que está ocorrendo a demolição de uma sociedade, em que não existem ricos, apenas pobres e paupérrimos, discordando de Lenin que assegura a tentativa de transformação do país de pobre para rico.

A urgência de introduzir relações intersubjetivas mais ricas é vista com força por Lenin, mas isso não é possível sem o desenvolvimento das forças produtivas. *O Capital* diz que o reino da necessidade humana é mais imperioso quanto menos desenvolvidas são as forças produtivas e a riqueza social. Lazarevic e o cristão Pascal divergem desta orientação e defendem que essa luta de classes revolucionária significa a realização da igualdade para baixo e fuga do sentimento de bem estar. De acordo com os cristãos, deveria surgir uma nova comunidade espiritual acima de toda distinção de classe e de partido. Entretanto, o que se via era um rude igualitarismo senão criado com base no sistema de confisco de gêneros alimentícios excedentes, no qual o pão seria confiscado e distribuído aos estabelecimentos e fabricas, para obter uma produção e distribuição de caráter comunista, o que entrava em conflito com a resistência camponesa.

Tal coletivismo seria, em princípio, o coletivismo da miséria. Porém, essas mesmas condições de miséria seriam enfrentadas em um regime burguês, o capitalismo não seria a

melhor solução para a Rússia. Na verdade, faria muito menos, pois teria a oposição de um proletariado descontente. O sofrimento que viria depois só poderia ser aguentado se os proletários sentissem que a solução para o mal estar econômico reside em sua vontade, na sua vontade de trabalho. De acordo com Pascal, a nova política econômica soviética traz a podridão capitalista que desaparecera na época do comunismo, dando origem a uma Rússia moderna com ambições americanas. Dessa forma, o comunismo de guerra, em vez de ser visto como construção de uma sociedade pós-capitalista, aparece como recaída em um Estado social pré-capitalista, sofrendo influência do Ocidente. Por conta disto, de acordo com Bukharin, as camadas mais pobres tinham medo de acumular, pois temiam que seus bens fossem confiscados, o que tornou clandestina a técnica avançada. Era necessário acabar com tal política e os camponeses e soviéticos de classe média deveriam pensar em enriquecer e acumular.

O próprio *Manifesto Comunista* diz que o proletariado deve utilizar sua supremacia política para transformar a sociedade no sentido socialista, mas também para aumentar o total das forças produtivas. Ao contrário dos primeiros anos de Revolução, o que ameaça a capacidade russa de resistir e existir não é um exército contrarrevolucionário, mas as dificuldades de providenciar às necessidades elementares da população. Lenin acreditava que era possível aprender com o capitalismo ocidental, mas que este era impulsionado a inventar sempre novos meios para reduzir os custos da produção, o que transforma todos os meios em instrumentos para oprimir ainda mais o operário. Bukharin defende a posição de Lenin e diz que uma vez conquistado o poder, o proletariado tem interesse na consolidação da paz civil, mas isso não extingue a luta de classes, que se daria através da luta econômica (vender por um preço menor em busca de concorrência e crescimento). Stalin era outro defensor do uso da técnica ocidental, mas foi seduzido pela lógica capitalista. Nas palavras de Simone Weil, “a Rússia tem a América como modelo para tudo. A luta de classes está esquecida”.

Uma vez frustrada a esperança da extensão da revolução anticapitalista no Ocidente, os bolcheviques perceberam que deveriam enfrentar duas desigualdades diferentes: não existe só aquela que dilacera transversalmente o país, mas, também, a desigualdade global (desigualdade entre as nações). O capitalismo dividiu as nações em um pequeno número de potências opressoras imperialistas e uma imensa maioria de nações oprimidas. Como a Rússia estava em atraso nos planos tecnológico e econômico em relação às potências econômicas globais, defendia-se a ideia de que se não fossem capazes de dirigir todas as forças ao trabalho cotidiano, a ruína seria inevitável, com o mundo capitalista sendo o algoz. Assim, o primeiro

tipo de desigualdade se agrava e acaba por tornar impossível qualquer projeto de luta contra o segundo tipo de desigualdade. As duas lutas de classe contra as duas desigualdades se encontram entrelaçadas entre si: permitem atenuar o isolamento do campo em relação à cidade e, ao mesmo tempo, reduzir a desproporção nas relações militares em âmbito global.

Caindo para outro lado da luta de classes, chega-se à China, que auxilia na resposta da questão de até que ponto uma sociedade em que só há pobres pode ser considerada igualitária. Por um lado, a mobilização massiva da sociedade chinesa no trabalho e na economia produzia recursos às práticas coletivistas e criava a ilusão de um avanço na igualdade no interior do país. Por outro lado, essa mobilização de motivação política tinha o propósito de queimar etapas do desenvolvimento econômico da China e golpear a desigualdade vigente nas relações internacionais. A consequência, no entanto, foi uma desaceleração drástica do desenvolvimento econômico, o que aumentava as desigualdades interna e externa. O pedaço de pão que garantia a sobrevivência dos mais afortunados representava a desigualdade absoluta entre a vida e a morte. A sociedade almejada pelo populismo cristão, na qual não existiriam ricos, está longe da promessa de igualdade, pois a redução na desigualdade quantitativa se manifesta como absoluta desigualdade qualitativa. Nas palavras de Deng Xiaopong, “a pobreza não é socialismo. O socialismo significa erradicação da miséria”. Diferentemente do capitalismo, no socialismo, a riqueza pertence ao povo e a prosperidade é para todo o povo e, para alcançar isto, era necessário garantir o bem-estar e a felicidade do povo, a fim de elevar o padrão de vida e a renda do povo, visando à prosperidade do homem.

Antes mesmo de os bolcheviques iniciarem a exportação do socialismo para o Ocidente, este programa estava fadado ao fracasso, pois, de acordo com Kautsky, o que acontecia em 1917 não era a primeira revolução socialista, mas a última burguesa. Kautsky denuncia o aparecimento de uma nova classe exploradora na Rússia: os até então capitalistas se tornam proletários e os proletários e intelectuais de outrora passam a ser os capitalistas. A transição do capitalismo ao comunismo abrange traços dos dois tipos de economia e engloba uma época histórica inteira e a persistência de relações burguesas é a confirmação de que sempre haverá uma classe exploradora na Rússia.

Os bolcheviques tomaram o poder com a “ditadura do proletariado” justamente no momento em que esta classe social mostrava sinais de declínio, em função da guerra civil, pois os operários estavam sendo absorvido pelos camponeses. Desta forma, surge a pergunta de quem, isto é, qual classe, exerce o poder nos países socialistas, a qual pode ser respondida

pelas palavras de Benjamin Constant: “a riqueza é e deve ser o arbítrio do poder político e que dependência indiscutível dos proprietários surge a essência da linha moderna”. No caso da França, quem exerce o poder político não é uma classe, mas um estrato ideológico que, ao longo do tempo, adquiriu configuração autônoma. A *ideologia alemã* mostra que, em tal país, existe uma divisão internacional do trabalho dentro da burguesia entre setores empenhados na atividade econômica e estratos ideológicos e políticos, os quais podem nutrir sentimentos hostis entre si, o que explica o recorrente processo de autonomização de cada estrato.

O processo de autonomização pode apresentar algumas variantes e, nesta análise, se comparam Alemanha e Inglaterra. Em relação ao primeiro país, tal como ocorreu na França, atua uma ditadura que promove “os interesses materiais da burguesia até contra a própria burguesia”, que é excluída do poder político. Na Inglaterra, a aristocracia mantém o Estado, seguindo os interesses da burguesia (esta, na falta de homens aptos, delega a primeira a cumprir tal função). Uma tese formulada por Lenin diz que a distinção entre classe dominante e classe delegada também ocorre numa sociedade pretendida socialista, ou seja, nela continuam existindo ricos burgueses que detinham o poder, indo contra o pretendido pelo *Manifesto Comunista*, que sugere o aumento de números nacionalizados de fábricas e de instrumentos de produção.

Assim como fizeram os burgueses de anteriormente, que se submeteram à experiência de seus antecessores, o proletariado vitorioso, para administrar e organizar o Estado, devia possuir técnicas e experiência de gestão, o que só seria alcançado na classe derrotada por eles. Era necessário aplicar métodos de compromisso favoráveis ao “capitalismo de Estado”, que podem ser úteis ao proletariado para fornecer comida para um enorme número de pessoas. “Capitalismo de Estado” não significa meios de produção nacionalizados sob o controle do Estado, mas, sim, como sinônimo de capitalismo controlado e regulamentado pelo Estado proletário.

Na China, o programa de governo de Mao Tse-Tung, a fim de superar o atraso, também defendia a utilização de fatores do capitalismo proveitosos para a economia nacional e do povo. A burguesia nacional não poderia, entretanto, exercer uma função predominante, apenas reconhecer a direção da classe operária pelo Partido Comunista. Além disso, é preciso diferenciar expropriação econômica e expropriação política da burguesia. Apenas a segunda deve ser considerada, enquanto que a primeira, se não for colocada dentro de limites bem definidos, corre o risco de comprometer o desenvolvimento econômico do país e a estabilidade do novo poder político.

De volta a Rússia, enquanto não havia desaparecido o comunismo de guerra, o interesse fundamental do proletariado após a conquista do poder estatal consiste em aumentar a quantidade de produtos e as proporções das forças produtivas. Em segundo plano, era evidente que o poder soviético não pode manter-se sem resolver o problema da miséria que aflige o povo russo. Para tal, é necessário antepor os interesses corporativos dos operários aos interesses de classe. Um trabalhador não pode mais se ver apenas como realizador de sua função, mas deve pensar como um operário membro de uma classe que tende a dirigir as demais classes, de forma que todas se ajudem. Só assim o proletariado se torna classe dirigente.

De maneira geral, a *ideologia alemã* defende que indivíduos singulares formam uma classe apenas quando têm que promover uma luta contra outra classe. Se não for assim, eles próprios se posicionam como inimigos. O proletariado já é uma classe para o capital, mas não para si mesma: só na luta que a massa de proletários forma uma classe e os interesses desta desembocam numa luta política.

No Contexto da Primeira Guerra Mundial, surgiu, na Europa, um grande horror ao Estado e as suas consequências – a exploração, as guerras, etc. Logo, tal fato reforçou posteriormente a tendência do idealismo da práxis – que significaria a extinção do mercado, da nação, da religião e do Estado pelo Comunismo, pois tais elementos são frutos da sociedade capitalista e que, portanto, se extinguiriam junto com tal sociedade.

No entanto, a adequação da teoria à prática foi bastante difícil e repleta de incoerências. A primeira a se citar reside no fato de que a Revolução de Outubro para se manter precisou fortalecer o Estado. Logo, tinha-se a incoerente situação de um fortalecimento de Estado que visava acabar com a ideia de Estado. O resultado desse processo foi que a luta de classes revolucionária formou uma aristocracia de estadistas. Ainda mais: as ideias de patriotismo e de nação – condenadas pela teoria marxista – foram utilizadas largamente pela Revolução de Outubro como modo de produzir solidariedade entre os indivíduos tão díspares pertencentes a tal unidade política.

Outra inadequação que pode ser citada é a ideia de que o Comunismo iria acabar com o Mercado, o que não é justificado uma vez que o Mercado como um resultado de trocas se faz necessário para qualquer sociedade. O que o Comunismo visaria acabar seria com o uso capitalista do Mercado, ou seja, como um meio de exploração, de subjugação, etc. Ainda no plano econômico vale ressaltar que foi necessária a adoção de políticas de estímulos

individuais na antiga URSS. Pelo fato que somente a luta por um ideal não é capaz de sustentar esforços individuais por muito tempo.

Ademais, até a ideia de religião foi reconhecida por Stalin e Fidel Castro como meio de unir o proletariado à busca por uma sociedade justa, pelo fim do capitalismo.

Outra contradição entre teoria e prática resulta do fato de que a teoria previa que uma vez realizada as revoluções socialistas, tais Estados acabariam por se fundir, uma vez que estariam lutando pelo mesmo ideal – a instauração do Comunismo e o fim do Capitalismo. Portanto, ao final desse processo, o mundo inteiro seria uma grande república socialista formada por diversos sovietes.

Contudo, Marx e Engels pensaram, de forma equivocada que todas as contradições seriam resolvidas com a instauração do socialismo. Olvidaram que a contradição de pensamentos é inerente às sociedades. Logo, não poderia se exigir que as Repúblicas Socialistas se mantivessem unidas, uma vez que entre elas poderia haver divergências ocasionadas por diversos fatores como: diferentes culturas, diferentes desigualdades anteriores ao Socialismo, nível de industrialização e, até mesmo, diversas interpretações sobre o Socialismo e sobre as formas que levariam até o Comunismo, mormente como seria o Comunismo – dada à vagueza deixada pela dupla de filósofos do Socialismo Científico.

Portanto, o idealismo da práxis, que significa a competência de um poder soberano de eliminar o ser social do estado, da nação e da religião, contribuiu de forma essencial à derrota do projeto socialista entre 1889 e 1991. Como cita o autor:

“O apelo à luta de classes proletária que encerrava o Manifesto Comunista, no plano teórico não tinha conseguido explicar nada e no plano da prática só havia provocado catástrofes.”

No contexto a queda do Muro de Berlim, do desmonte do estado do bem-estar social, da consolidação do neoliberalismo, da supressão de direitos sociais, afirmava-se que era o “fim da história” para o socialismo.

Com a hegemonia do poder mundial centralizada nos Estados Unidos pela derrocada da URSS, junto com os fatores acima apontados fornecera condições para o relançamento dos projetos coloniais e imperiais.

Nesse momento histórico, o discurso de proteção dos direitos humanos justifica a invasão de qualquer país por parte dos Estados Unidos. Notórios são os termos utilizados, como: “missão civilizatória”, “salvamento da barbárie”, etc, que vêm justificando toda forma

de colonialismo e imperialismo há mais de 500 anos. Praticamente, nas palavras do autor, *os EUA impuseram uma Emenda Platt ao mundo inteiro*.

Enquanto isso, na Rússia, com o desmonte da República Socialista, houve uma nova “acumulação originária” do capital por parte de uma minoria de privilegiados, à custa da perda de anos de construção de direitos sociais e na morte de várias pessoas por inanição, resultado de uma luta de classes altamente agressiva. A miséria voltou a se alastrar nas terras russas pela adesão ao neoliberalismo e consequente colonialismo imposto ao país pelas grandes potências ocidentais.

A China, por sua vez, com modernização promovida por Deng Xiaoping, consegue se inserir no mercado mundial, evitando embargos econômicos e mantém os seus ideais socialistas, diminuindo cada vez mais as suas desigualdades internas. Com o seu desenvolvimento, a China põe em questão a antiga divisão internacional do trabalho que submetia todos as nações do mundo às potências capitalistas ocidentais. Pondo em questão a divisão internacional do trabalho, o autor considera que a China põe fim a uma era que o mesmo denomina de “Era Colombiana”.

Tal era teve início com a colonização europeia sobre a América. Depois tal colonização se espalhou por todo o globo. Em outro momento – depois das duas Grandes Guerras – foi substituído o foco opressor da Europa para os EUA.

Logo, segundo o autor, com a ascensão da China como uma das maiores potências econômica mundial, tal país conseguira não só sua independência econômica, mas também uma posição de liderança, sepultando a Era Colombiana, uma vez que um país socialista e oriental assume um papel de tamanha importância ao ponto de que dificulte que lhe seja imposta embargos econômicos.

Finalmente, o autor, no último capítulo, faz crítica às visões que o mesmo intitula de populistas da luta de classes. Essas visões, em geral, tendem a ver a luta de classes como uma única contradição entre *proprietários e não proprietários, ladrões e vítimas de roubo, ricos e desamparados*. O que reflete uma visão demasiadamente simplista a respeito da luta de classes. Além do fato de que, em suas diversas vertentes, enaltecerem as classes oprimidas como se fosse um modelo de pureza, de felicidade, de padrão moral, etc.

Tais visões populistas acabam por fragmentar a luta de classes, pois uma classe oprimida, em um tipo de luta de classes, acabaria por não reconhecer uma eventual outra classe sendo oprimida por outro tipo de luta de classes. Além de que, pelo fato de enaltecerem certos tipos de classes, acabam por afastar outras classes oprimidas.

Desta forma, pode-se dizer que a obra de Domenico Losurdo é um texto bem detalhado que traça ao leitor, a partir de um ponto de vista filosófico, um perfil claro e de fácil entendimento sobre o trabalho de Marx e Engels, além de apresentar a opinião de diversos autores, sejam eles adeptos ou contrários às ideias dos dois sociólogos supracitados. Isso contribui para promover uma reflexão a respeito do desenvolvimento histórico da luta de classes, a partir de uma perspectiva afastada de visões populistas e comprometida com a realidade e com a necessidade revolucionária de mudanças por parte dos operários e das classes indevidamente oprimidas desde os primeiros anos do capitalismo e da busca desenfreada pelo lucro.